



ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Data reunião: 10/09/2019

Local Edifício Cidade I - Mezzanino – Auditório A

Presentes:

Conselheiros Titulares e Suplentes:

Flavio Augusto Amary (Presidente do Conselho e Secretário da Habitação), Fernando José de Souza Marangoni (Secretário Executivo da Secretaria de Habitação), Carlos Nabil Ghobril (Casa Civil), Nelson Okamura (Secretaria Estadual de Fazenda e Planejamento), Glaucio Attorre Penna (Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente), Marcelo Hercolin (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano-CDHU), Maria Claudia Pereira de Souza (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano-CDHU), Maurício Queiroz Prado (COHAB Santista), Rosalvo Salgueiro Silva (Núcleo Centro Social URS Belle), Jocemar Silveira (Cooperativa Nacional de Empreendimentos Populares e Ecológicos – CONEPE), Antônio Pedro de Souza (Movimento pelo Direito à Moradia – MDM), Isaías Martins da Silva (Movimento Pró Moradia de Suzano), Terezinha Rodrigues Romão (Associação Mulheres da Columbia), William Eilert Evangelista (Federação Intermun. de Mov. e Associação Pró Moradia - FIMAPI), João Batista Crestana (Secovi), Elias Resnichenco Zitune (AELO).

A reunião contou também com os representantes da SH / CDHU: Cassiano Quevedo Rosas de Ávila – Chefe de Gabinete da Secretaria da Habitação, Reinaldo Iapequino – Presidente da CDHU, Nédio Henrique Rosselli Filho – Diretor Administrativo-Financeiro da CDHU, Aguinaldo Lopes Quintana Neto - Diretor Técnico – CDHU e Marcelo Hercolin – **Secretário Executivo do CEH-SP** e Diretor de Atendimento Habitacional da CDHU,

Convidados

(Livro de presença)

A reunião teve início, às 9H30, com a abertura dos trabalhos pelo Secretário Flavio Amary, que cumprimentou a todos, agradecendo a presença. A seguir, passou a palavra ao Secretário Executivo Marcelo Hercolin para dar continuidade à pauta do dia.

Marcelo Hercolin deu sequência à reunião destacando o segundo ponto da pauta: **Aprovação da Ata da 15ª reunião do CEH-SP**, realizada em 10/06/2019, submetendo-a à aprovação dos conselheiros. Não havendo óbices, por unanimidade, declarou aprovada a ATA.

Após, passou a palavra ao Secretário da Habitação para a apresentação do terceiro ponto da pauta referente à **Atualização dos Programas em andamento na SH**:

O Secretário da Habitação informou que faria apresentação de forma sucinta, ressaltando o que entendia ser o mais relevante para compartilhar nesse momento, iniciando pelo Programa Vila Dignidade.

Programa Vila Dignidade - PVD: informou que o programa vem passando por uma remodelagem, tanto do nome, como de conceito, visando atender aos compromissos assumidos pelo Governo do Estado de São Paulo, cuja determinação foi a de se construir equipamentos públicos, no limite de 28 unidades, em parceria com os municípios paulistas. O foco do programa é atender a pessoas idosas que tenham autonomia, não tenham a família como apoio e estejam em faixa de renda de até 2.salários mínimos.

Esclareceu que as áreas técnicas da Secretaria da Habitação e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU vêm trabalhando nessa remodelagem do PVD que prevê a ampliação

das áreas comuns, e diminuição das unidades habitacionais, visando possibilitar uma maior integração /convivência social entre os beneficiados, “para que o idoso não fique só”.

Esse processo encontra-se atualmente em fase final para lançamento, prevendo-se licitação para implementação de seis equipamentos públicos até o final deste ano.

Programa Cidade Legal: informou sobre a adequação no orçamento, destinado ao programa visando acelerar o processo para a emissão dos títulos de propriedade, sabendo do ponto de vista da cidadania, o quão importante é a regularização viabilizada pelo programa.

Esclareceu que a SH está pensando em ampliar a parceria com ITESP, visando inserção /abrangência também de áreas rurais, além de ampliar a adesão dos municípios paulistas ao programa, que atualmente conta com 532 municípios conveniados. Destacou que semanalmente estão sendo realizados eventos para entrega de títulos destinados a diversos municípios.

Casa Paulista – CP: Destacou que os programas no âmbito da CP sofreram um forte contingenciamento de recursos, devido à dificuldade fiscal que o país vem passando. Nesse sentido, a SH está em condições de avaliar projetos para “quando houver o sinal verde da CAIXA e Ministério do Desenvolvimento Regional, a SH poderá buscar apoio da C.P.”. Por conta disso, há muita dificuldade tanto para o Estado quanto para o Programa Federal.

A C.P vai ter condições de aportar a partir das liberações dos repasses de recursos pelo Governo Federal - FGTS para atendimento a todas as contratações nas faixas de 1,5 a 2,0 s.m..

Há 30.000 unidades em produção com aporte da C.P. e a SH está trabalhando para ampliar o atendimento às famílias.

Reunião com Prefeitos: Parceria CDHU/Casa Paulista/CAIXA – Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV – faixa 1,5 e 2,0:

Informou que nesse sentido, buscando fomentar a produção, houve um encontro nesta SH com prefeitos municipais para apresentar estudos/elementos técnicos e alternativas para esse fim. Participaram o Diretor Adm. Financeiro, que apresentou estudos para as faixas 1,5 e 2,0 s.m. e o Diretor Técnico que apresentou projetos possíveis nesse caso, ampliando dessa forma o conjunto de ações, podendo chegar à contratação de aproximadamente 10.000 uhs.

Essa ideia foi apresentada no sentido de se verificar a aceitação pelos municípios, e em caso positivo, poder-se-ia já firmar convênios com o GESP.

De parte desta SH, está estabelecido contato estreito com o Governo Federal visando á construção de cada vez mais unidades habitacionais no Estado de S.P..

Locação Social: O Secretário de Habitação informou que está em construção o debate sobre esse assunto, com o apoio do setor privado, e em parceria com a União/ MDR. Esclareceu que essa alternativa/modalidade de atendimento está sendo objeto de estudo visando apoio para incrementá-la, tendo em vista que 60/65% do déficit está vinculado ao ônus excessivo com aluguel.

Finalizando esse ponto de pauta, o SH passou a palavra ao Sec. Executivo para a continuidade.

Marcelo Hercolin retomou a palavra e destacou o item quatro da pauta, referente à Proposta de Resolução da SH, formulada pelo Conselheiro Rosalvo, a quem passou a palavra.

Rosalvo iniciou esclarecendo que a proposta de Resolução tem o objetivo de definir regras republicanas para o atendimento nos programas de habitação. Informou que essa discussão já havia sido proposta em outras ocasiões, porém alguns movimentos não quiseram participar desse debate. Citou que esse regramento foi realizado no município de S.P, por meio da Resolução 17, que definiu critérios de classificação das entidades, com base em itens de classificação para o atendimento.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO – SH
CONSELHO ESTADUAL DA HABITAÇÃO – CEH

Entretanto, os critérios não foram seguidos pela administração Haddad, que estabeleceu outros critérios, com base no interesse anterior da entidade, chegando até a pontuar entidades que participaram de reportagem de jornal/manifestações ou reuniões com o Governo.

Acrescentou que a proposta tem a preocupação de que muitas lideranças que têm como prática a invasão, acabam sendo alvo do crime organizado. Esse dado vem ocasionando muitos problemas aos movimentos devido a essa aproximação.

Informou que recebeu comunicações para discutir melhor o tema, cita a ligação telefônica do Pe. Ticão, preocupado com a proposta, em nome de vários, dizendo que o tema necessitava de um aprofundamento maior e considerando essa solicitação propôs a retirada da pauta dessa reunião, propondo que o tema tendo por objeto o regulamento neste Conselho sobre as invasões, seja analisado na próxima reunião.

O **SH** retoma a palavra, e reitera a proposta de Rosalvo para que esse tema retorne como ponto de pauta na próxima reunião, inclusive sugerindo possibilidade de ajustes no texto da Resolução.

Em continuidade, o Sec. Exec. **Marcelo Herculim** dá sequência à reunião, dirigindo a palavra para a fala dos membros titulares e suplentes.

Jocemar Silveira – CONEPE e MOPI inicia dizendo que quer aprofundar a questão da regularização fundiária na Zona Sul, pois esse assunto, que já foi abordado na última reunião, deve ser retomado dado a sua importância principalmente em região próxima às represas Billings e Guarapiranga, onde há famílias morando de forma tão precária e ilegal. A grande maioria joga dejetos nas represas, poluindo. Tudo, por falta de atenção da SABESP e órgãos de controle, principalmente ausência da Prefeitura de São Paulo que não faz nada. O problema do lixo urbano é uma das piores situações que se verifica na região.

Cita um empreendimento na Cidade Ademar chamado Residencial Espanha, que foi ocupado por famílias externas à essa região. E famílias do local, que encontram-se em péssimas condições, não foram atendidas nesse conjunto. Destaca que há 15.000 famílias dessa região que recebem auxílio moradia e precisam de habitação.

Propõe que seja discutido o tema com os órgãos públicos envolvidos de modo a sensibilizar para o rápido atendimento à população que mora nessa região, além de levar urbanização para esse local e implantar novos empreendimentos, não somente para faixa 1.0, mas também para faixas 1,5 e 2,0 s.m. Solicita ao SH ter atenção para a Zona Sul, e convida-o para ir até lá. Acrescenta que o último projeto desenvolvido lá foi o Prosanear que não teve previsão de manutenção/continuidade. Destaca outro problema sério que é o crime organizado que atua em becos e travessas nessa região.

Antonio – Mov. pelo Direito a Moradia – Se referindo à fala do SH sobre a atualização dos programas, destaca que o grande problema que existe atualmente, está relacionado com os cortes de investimento, prioritariamente no PMCMV, havendo risco de corte inclusive em projetos já em andamento.

Acrescenta que o resultado desse corte é o de jogar mais responsabilidade para os Estados e municípios, não podendo contar com o programa federal. No Estado de São Paulo tem-se o 1% do ICMS, mérito do estado.

Disse que a PPP não atende o grosso das famílias das faixas de 1,0 a 3,0 s.m., e essa demanda fica de fora do atendimento.

Quanto à Resolução propôs que deveria ser retirada de pauta. Esclareceu que defende critérios e disse que todo edital tem seus critérios. Ressalta que o Edital do final do ano passado da última gestão deveria ser mantido, com ajustes, aos moldes do MCMV, para atendimento à demanda dos

movimentos. Entretanto, essa resolução está muito ruim, acirra perseguições aos movimentos e justo nesse momento que está havendo criminalização de entidades/movimentos, o que poderá afetar até a forma de luta para estabelecimento desses critérios.

Rosalvo retoma a palavra e disse que com relação aos Programas Habitacionais participou de audiência pública, visando integrar os três entes, o que não funcionou. Propôs que haja separadamente programas de âmbito municipal, estadual e federal e ainda um que integre os 3 entes.

Quanto à criminalização dos movimentos, disse que a proposta não está focada nesse aspecto, que o Conselho não tem esta competência. Destacou ainda que o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades só atendeu os movimentos da base do governo. São necessárias regras claras para que todos participem.

O GESP (Programa Nossa Casa) coloca 1 bi, para habitação de 140 mil por unidade., para que seja atendida a população até 5 salários mínimos.

William Evangelista – Abordou a questão discutida em reunião de 12/08 com o Conselho Gestor do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – CGFPHIS, ocasião em que foi aprovada a carta de crédito associativa. Perguntou como está a evolução desse assunto.

Maria das Graças – vice-presidente do CONDEPE pede a palavra, ao que o **Sec. Exec. Marcelo Hercolin** informa que conforme regulamento do CEH-SP a palavra/voto é dada aos membros, e caso haja exceção para ela, os outros presentes também teriam o mesmo direito. Pediu sua compreensão.

A palavra foi dirigida ao **Sec. Marangoni**, que passou a se referir às considerações dos membros. Se dirigindo à Jocemar, destacou que o Programa Cidade legal, com o advento da Lei 13.465, a iniciativa da REURB passou para o município, e ao Estado coube oferecer apoio nesse processo.

Quanto ao atendimento à faixa 1,0 disse, que em uma situação de um déficit de cerca de 1,1 bi de moradias, não é possível o equacionamento ser realizado somente por um ente. Quanto à faixa 1,5 também houve contingenciamento do FGTS.

Rosalvo pediu a palavra e destacou que os movimentos deveriam ser encarados como produtores de moradia e, não somente como catalizador de demanda.

O Secretário retomou a palavra e esclareceu que pretende atender a todos os movimentos e que quer manter aberto o diálogo com todas as entidades de forma construtiva, canal com todos os movimentos que tiverem interesse em atendimento, ficando claro que a gestão aceitará que as entidades discutam os critérios para que sejam cumpridos.

Por isso propôs que fosse postergada a discussão sobre a Resolução, exatamente para se manter o diálogo durante os próximos 90 dias.

Informou que a próxima reunião do CEH, marcada para o dia 10/12/19, seria antecipada para o dia 04/12/19, devendo se iniciar pontualmente às 9h00, citando o atraso que ocorreu nesse dia, o que atrapalhou um pouco para o início dessa reunião. Destacou a importância de se manter a rotina desse fórum, como canal de diálogo para se construir uma relação respeitosa.

Se dirigindo à Maria das Graças pediu desculpas pelo ocorrido e reiterou que regras devem ser cumpridas, sendo esse um ponto fundamental nesse tipo de fórum.

O Secretário passou a palavra ao **Presidente da CDHU Reinaldo Iapequino**, que destacou a questão da ocupação como uma questão prática, citando o exemplo da COHAB com projetos não



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO – SH
CONSELHO ESTADUAL DA HABITAÇÃO – CEH

aprovados pela CAIXA em função da ocupação. Disse que as áreas ocupadas restringem muito a possibilidade de se construir um número maior de unidades. O prejuízo que causa essa questão na política habitacional é grande, então um regramento nesse sentido visa um tratamento mais isonômico, e possibilita concentrar mais recursos em terrenos viáveis à provisão. Após a ocupação há apelo para regularização - a cidade ainda é horizontalizada e por meio da verticalização tem-se maior atendimento habitacional.

Rosalvo pediu novamente a palavra e solicitou que a Secretaria da Habitação disponibilizasse um espaço/auditório da SH/CDHU para que os movimentos pudessem ter um local de debate.

Antonio Pedro pediu a palavra e esclareceu que não são os movimentos que criam o problema da ocupação. Ela é resultado da falta de ação do poder público que não cumpre o seu papel.

O **SH** ressaltou que as opiniões devem ser respeitadas e tratadas nesses fóruns, mas não nesse momento, propondo que essa discussão seja pauta da próxima reunião.

O **Secretário Executivo Marangoni** se dirigindo ao questionamento apresentado por William, esclarecendo que o lançamento dos aportes aprovados está em fase de implantação no sistema da Casa Paulista.

O **Sec. Executivo do Conselho -Marcelo Herculino** retomou a palavra, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 16ª reunião do CEH-SP.
